

PLANO DE ATIVIDADES À COORDENAÇÃO DA ÁREA 21 NA CAPES

Nome: Edilson Serpeloni Cyrino

CPF: 069.897.628-29

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2218631591820466>

Instituição: Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Cargo: Professor Titular (Regime de 40 h com Dedicção Exclusiva)

Lotação: Departamento de Educação Física - Centro de Educação Física e Esporte

Admissão: 12/03/1997

Atuação em Programas de Pós-graduação como Docente Permanente:

- 1) Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física – UEM/UEL (Área 21):
- 2) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde – UEL (Área Medicina 1)

A proposta que será apresentada ao longo deste documento faz parte de um plano de gestão construído coletivamente, a partir da análise do Sistema atual de Pós-Graduação na Área 21, discussão com lideranças científicas da área e com diversos Programas, de diferentes regiões do Brasil.

A seguir farei uma breve apresentação de informações sobre a minha experiência acadêmico-científica e administrativa que julgo relevantes para a candidatura à coordenação da Área 21 junto à CAPES.

Atividades e funções acadêmico-científica e administrativa exercidas ao longo da carreira:

- 1) Professor dos cursos de graduação em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e dos cursos de mestrado e doutorado em Educação Física e Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Londrina (UEL);
- 2) Orientador em cursos de Mestrado e Doutorado;
- 3) Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1D;
- 4) Chefe de Departamento de Fundamentos da Educação Física (FEF/UEL);
- 5) Vice-chefe de Departamento de Fundamentos da Educação Física (FEF/UEL);
- 6) Coordenador do Programa de Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física – UEM/UEL (2005-2010 e 2013-2017);
- 7) Coordenador de Comissão de Pós-Graduação do Centro de Educação Física e Esporte (CEFE/UEL);
- 8) Coordenador de Comissão de Pesquisa do Centro de Educação Física e Esporte (CEFE/UEL);
- 9) Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/UEL);
- 10) Membro da Câmara de Pós-Graduação (CPG/UEL);
- 11) Membro do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UEL);
- 12) Membro de Comitê de Assessoramento da Fundação Araucária (FAADCT);
- 13) Membro de Comitê de Assessoramento (CNPq);
- 14) Membro da Comissão de Avaliação da Área 21 (CAPES);
- 15) Avaliador Institucional (INEP);
- 16) Avaliador de Cursos de Graduação (INEP);
- 17) Avaliador de Cursos de Graduação (SETI/PR);
- 18) Membro do Conselho Editorial de periódicos nacionais e internacionais;
- 19) Presidente do Congresso Brasileiro de Metabolismo, Nutrição e Exercício (CONBRAMENE);
- 20) Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Metabolismo, Nutrição e Exercício (GPEMENE).

Introdução

A Pós-graduação *stricto sensu* na Área 21 (Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional) alcançou notórios avanços, sobretudo, a partir da primeira metade da década passada, tais como: (1) aumento substancial do número de Programas com cursos de mestrado e doutorado, com destaque para a inserção das Regiões Nordeste e Centro-Oeste no sistema; (2) implantação de Programas de Minter e Dinter nas regiões mais carentes do país; (3) criação de Programas Associados nas regiões sul, sudeste e nordeste; (4) aumento em quantidade e qualidade da infraestrutura para ensino e pesquisa; (5) crescimento de Programas de Iniciação Científica; (6) aumento no número de bolsas, tanto de mestrado quanto de doutorado; (7) melhoria da produção intelectual do corpo docente e discente, com aumento exponencial da publicação de artigos em periódicos nacionais e internacionais, resultando em aumento de bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq; (8) implantação e refinamento dos sistemas Qualis Periódico e Qualis Livro; (9) melhoria da qualificação e estratificação de periódicos com maior aderência na área; (10) desenvolvimento de ações de internacionalização com aumento da mobilidade entre pesquisadores e estudantes, bem como de parcerias entre instituições, laboratórios e grupos de pesquisa; (11) aumento do número de grupos de pesquisa organizados e ativos, muitos dos quais com consolidação evidente; (12) avanços na avaliação de quesitos em que não havia consenso (produção técnica) e na métrica para mensurar diversos itens; (13) criação e implantação da Plataforma Sucupira, dando maior transparência às ações dos Programas, entre outros.

Em meio a todas essas importantes mudanças faz-se necessária uma reflexão sobre os caminhos a serem trilhados para enfrentar os desafios que se apresentam, de modo que o sistema de Pós-graduação possa continuar se desenvolvendo na direção de um crescimento consistente e sustentável. Embora muitos dos indicadores sejam bastante favoráveis, chama atenção a Terapia Ocupacional possuir um único Programa e este sequer ser considerado de excelência nacional para esta subárea (nota 4), o elevado número de programas represados nas notas 3 e 4 (superior a 70%) e um tímido crescimento líquido nas notas atribuídas aos Programas na ordem de 17% (9,5% na Educação Física, 12,5% na Fonoaudiologia, 29% na Fisioterapia), de acordo com a avaliação quadrienal 2013-2016, em uma clara demonstração de que quantidade e qualidade realmente não conseguem andar juntas ou, ainda, de que as métricas utilizadas para a avaliação dos programas não parecem ser suficientemente sensíveis para avaliar os avanços descritos anteriormente. Adicionalmente, o Brasil sendo um país com dimensões continentais, com acentuadas diferenças socioeconômicas, demográficas e culturais, exige do Sistema de Pós-graduação estratégias inovadoras de acompanhamento e orientação e que sejam descentralizadas, mediante a adoção de uma gestão compartilhada e regionalizada, que permita a utilização mais racional da infraestrutura e dos recursos humanos existentes, sobretudo, em um momento sem precedentes, de profunda crise política que afeta o país e que coloca em risco, particularmente, as áreas de Educação, Ciência e Tecnologia. Com base nessas informações, apresentaremos na sequência uma proposta de modelo de gestão para o quadriênio 2017-2020 que acreditamos ser capaz de contemplar o momento atual da Pós-Graduação na área 21, sem perder de vista a situação política e econômica do país.

Proposta de Gestão Compartilhada: conceito, metas e estratégias

O conceito de gestão compartilhada envolve a adoção de estratégias que possam aproximar os programas, mediante ações conjuntas que passarão a ser planejadas e implementadas por lideranças escolhidas legitimamente pelos próprios programas para fazerem parte de uma Comissão Nacional de Acompanhamento Permanente. Essa Comissão, por sua vez, seria desmembrada regionalmente (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste) para estruturar metas a serem atingidas em curto, médio e longo prazo e definir estratégias para otimizar a infraestrutura e os recursos humanos existentes, tais como: utilização de laboratórios no formato multiusuários, elaboração de projetos conjuntos de pesquisa, utilização de sistema de videoconferência para disciplinas ofertadas em rede, entre outras. Nesse modelo de gestão, as Comissões atuarão em conjunto, de acordo com um cronograma específico que permita as correções das distorções observadas com maior agilidade. Além disso, programas novos ou em fase de consolidação, mais distantes das regiões sul e sudeste, com maiores dificuldades em fixação do corpo docente, com menor aporte financeiro e infraestrutura mais modesta deverão receber auxílio por parte de instituições mais estruturadas, que são consideradas de acordo com os conceitos 5, 6 e 7 de excelência nacional ou internacional, com ações concretas de solidariedade que incluam a execução de projetos conjuntos, intercâmbios discentes e docentes, eventos integrativos, entre outras. Tais ações deverão ser implementadas como um compromisso de área para um crescimento menos desigual e mais sustentável, além de serem valorizadas na avaliação dos Programas de Excelência.

CrITÉRIOS de Avaliação dos Programas

Estabelecer critérios justos e alcançáveis, que permitam discriminar quantidade e qualidade é um grande desafio de qualquer coordenação de área no Sistema de Pós-graduação brasileiro. O modelo vigente de Avaliação dos Programas encontra-se em descompasso com o dinamismo exigido pela Pós-graduação, dando ênfase a análise do produto em detrimento ao processo. A análise pautada meramente em indicadores arbitrários de desempenho, ao longo de um ciclo de avaliação, despreza a evolução histórica dos programas em diferentes quesitos, acarretando inúmeros prejuízos para o sistema, instituições, corpo docente e discente. Para a mudança desse paradigma, parece necessário o estabelecimento de critérios mais consistentes, que sejam definidos com antecedência e que se mantenham estáveis ao longo do ciclo de avaliação, de modo que os Programas e suas respectivas coordenações possam ter acesso às métricas a serem utilizadas e a partir daí terem liberdade para definir metas concretas e estratégias a serem adotadas para alcançá-las, de acordo com as suas características específicas. O ponto-chave nesse processo será definir o que a área considera de mais relevante para ser avaliado em cada um dos itens e subitens da ficha de avaliação. De acordo com o nosso ponto de vista, nada mais justo do que a área estabelecer o que somos e o que pretendemos ser futuramente. Essa tarefa será menos árdua a partir de uma gestão compartilhada, cujos Programas possam participar das tomadas de decisão e, portanto, dividir responsabilidades, sendo conhecedores dos seus direitos e deveres. A imposição de regras, muitas vezes bastante questionáveis, bem como, a instabilidade dos critérios e métricas utilizadas pela Comissão de Avaliação são pontos centrais que têm gerado insatisfação no sistema de avaliação, como pode ser comprovado mediante o elevado número de recursos apresentados à CAPES após a publicação dos Resultados da Avaliação Quadrienal 2013-2016. Muitos dos Programas não se sentem representados e até mesmo prejudicados no processo de avaliação vigente, por inúmeros motivos. Acreditamos que a nossa proposta de estruturação de uma gestão compartilhada possui grande potencial para reduzir os ruídos e atenuar as distorções associadas ao processo de avaliação vigente, uma vez que proporcionará legitimidade e representatividade nas decisões e encaminhamentos necessários para o avanço das diferentes subáreas e da área 21 na CAPES.

Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa

A definição da(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação, em particular, na área 21 precisa ser redimensionada. Analisando a tomada de decisão que os Programas têm adotado se observa claramente a falta de coerência motivada pela ausência, muitas vezes, da compreensão do seu real significado no processo e pela facilidade em se reproduzir rótulos utilizados com sucesso por outros programas da área. Programas novos, principalmente localizados em regiões mais carentes, pela dificuldade em reunir docentes com produção intelectual suficiente para compor a proposta, acabam agregando corpo docente com linhas de pesquisa, projetos e produção intelectual bastante distinta, criando área(s) de concentração e linhas de pesquisa com pouca coerência e que muitas vezes se sobrepõem, o que é plenamente justificável no momento da implantação, mas não em programas consolidados ou já submetidos a pelo menos um ciclo completo de avaliação. Além disso, os programas de Pós-graduação devem evidenciar, por meio da organização de áreas de concentração e linhas de pesquisa, seus compromissos com a identidade epistemológica das subáreas. Desse modo, a avaliação da Pós-graduação deve induzir a diversidade de linhas de pesquisa nos Programas, colaborando, assim, para uma formação qualificada de recursos humanos e para a produção de conhecimento pertinente a diferentes perspectivas de pesquisa e atuação acadêmica. Outrossim, a área deve estar atenta para as mudanças que são necessárias e a Comissão de Avaliação tem a obrigação de orientar sobre a forma mais adequada de proceder tais escolhas e não se esquivar da responsabilidade de avaliar os problemas encontrados com a máxima isenção, visto que este é o ponto de partida para a análise do diferencial qualitativo entre os programas. A nossa proposta é melhorar o entendimento dos Programas para estes quesitos e reduzir as incoerências e inconsistências detectadas por meio de uma avaliação qualitativa junto a cada Programa.

Projetos de Pesquisa

Os projetos de pesquisa constituem parte essencial dos esforços de pesquisa e formação de recursos humanos desenvolvidos pelos programas de Pós-Graduação. Tais projetos devem guardar estreita relação com as linhas de pesquisa do programa e devem representar um pilar de sustentação para grande parte da produção intelectual do corpo docente e discente. Assim, a coordenação de projetos de pesquisa deve ser entendida como um compromisso que deve ser assumido verdadeiramente pelo corpo docente. Embora o fomento aos projetos de pesquisa deva ser interpretado como um aspecto desejável e merecedor de valorização, a ausência de fomento não deve receber um caráter punitivo, uma vez que muitos fatores podem ser determinantes para o sucesso ou fracasso em editais, tais como: experiência em pesquisa, produção intelectual durante a carreira, nível de competitividade do edital, recursos disponíveis pela chamada ou, até mesmo, a atual crise econômica vivida por importantes agências de fomento, com impacto direto sobre a execução orçamentária de seus editais. Caso contrário, programas compostos por corpo docente mais jovem acabarão sendo punidos pelo sistema, podendo provocar falta de motivação generalizada, colocando em risco o crescimento futuro da área como um todo e, diante das profundas assimetrias regionais, dificultar sobremaneira a fixação de pesquisadores em programas jovens e em regiões menos desenvolvidas. Esse aspecto merecerá atenção especial em nossa proposta, com a implantação de uma política que incentive projetos conjuntos e multicêntricos que valorizem a melhoria da qualidade do que se produz na área. Além disso, as características dos projetos em importantes subáreas, tais como sociocultural/pedagógica, são bastantes peculiares e a presença ou não de fomento tem certamente um peso diferente dos projetos vinculados a área biológica. Portanto, tais diferenças não devem ser desprezadas.

Estrutura Curricular

Os programas devem ter liberdade para estabelecer suas estratégias de formação. A maior ou menor valorização de créditos em disciplinas é um assunto bastante polêmico, uma vez que mais não é sinônimo de melhor. Além disso, a escolha por um conjunto de disciplinas obrigatórias ou não e disciplinas eletivas deve ser uma decisão do próprio programa. Temos diversos exemplos de Programas com bom funcionamento e reconhecidos pela qualidade de formação que não optaram por uma estrutura curricular com disciplinas obrigatórias. O inverso também é verdadeiro e mais, ainda, existem programas que exigiam disciplinas obrigatórias e que em determinado momento deixaram de exigir, também, alcançando sucesso. O que julgamos importante é que, independente da exigência ou não de disciplinas obrigatórias, sejam oferecidas periodicamente um conjunto de disciplinas que proporcionem uma boa formação de natureza pedagógica, metodológica e técnico-científica. Lembrando que as características do corpo docente devem ser respeitadas para que as características de formação oferecidas sejam maximizadas.

Corpo Discente

A integração do corpo discente com atividades de pesquisa e ensino é fundamental para o sucesso de um Sistema de Pós-graduação. O simples cumprimento de créditos em disciplinas, dissertação ou tese, apesar de serem exigências necessárias para a titulação em nível de mestrado ou doutorado, não são exigências suficientes para proporcionar uma formação adequada. Portanto, advogamos que o estímulo e apoio a estágio docência, mobilidade acadêmica, participação em eventos, produção intelectual e técnica são estratégias que se colocam como prioritárias na condução da qualificação dos programas.

Dissertações e Teses

Os programas devem ter liberdade para escolher a forma de apresentação de dissertações e teses entre os modelos denominados de tradicional e alternativo ou escandinavo. Entretanto, a qualidade dos trabalhos de conclusão de curso, em nível de mestrado e doutorado, devem ser entendidos como um dos principais produtos da formação acadêmica e não apenas como uma exigência formal. Portanto, criar mecanismos que valorizem a disseminação desses produtos na forma de produção científica ou técnica e que permitam a avaliação qualitativa dos programas neste quesito será um grande, mas necessário, desafio da nossa gestão.

Corpo Docente

Com o aumento do número de Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na área 21 é necessário repensar a constituição do corpo docente. Enquanto alguns programas apresentam número suficiente de docentes para atuar nas atividades exigidas pelo Sistema de Pós-graduação, outros apresentam grandes dificuldades para se manter, em particular aqueles localizados em regiões com poucos programas e com grande dificuldade para fixação de jovens doutores. Portanto, ações de solidariedade com relação ao corpo docente são fundamentais, ou seja, o envolvimento de docentes com maior experiência em Pós-graduação em dois programas da área parece ser uma alternativa valiosa. Adicionalmente, a inserção de jovens doutores com potencial acadêmico e ainda sem vínculo institucional no Sistema de Pós-graduação no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), Pós-doutorado Júnior (PDJ) ou outro similar é, também, uma ação que deve ser valorizada e uma alternativa interessante para a melhoria do quadro docente permanente, principalmente, em um momento político cujas vagas para Concurso Público são extremamente limitadas ou até mesmo se encontram suspensas, além do que o número de aposentadorias tem sido crescente. A coordenação de área deve ser sensível

ao cenário atual e entender tais ações como necessárias, oferecendo apoio irrestrito, sem sanções às oscilações na composição do corpo docente, desde que estes cumpram as atividades que são exigidas para docentes permanentes, colaboradores e visitantes.

Participação em Eventos

Os eventos científicos gradativamente foram perdendo força, particularmente, na comunidade da pós-graduação da área 21. A desvalorização da apresentação de trabalhos na contabilidade da produção intelectual, os custos relativamente elevados para participação, a supervalorização da produção de artigos, livros e capítulos de livros, são alguns dos principais motivos que fizeram uma das atividades mais ricas para a comunidade científica em termos de atualização do conhecimento, troca de experiências, discussão do conhecimento produzido pela área, possibilidade de desenvolvimento de novas parcerias, ser colocada em segundo plano. A participação em eventos deve ser entendida como uma atividade de formação valiosa ao estudante de pós-graduação, afinal é ali que ele tem a possibilidade de apresentar os trabalhos que vem desenvolvendo, receber críticas e sugestões, começar a se tornar conhecido pela comunidade científica, conhecer pessoalmente pesquisadores e outros estudantes, estabelecer intercâmbios e parcerias, entre tantas oportunidades que este tipo de atividade oferece. Por outro lado, a participação de docentes da pós-graduação fortalece os eventos, além de ser um indicador de prestígio ao trabalho que vem sendo realizado por grupos de pesquisa, laboratório, instituições e, em especial, para os Programas. Tal atividade, pela sua dimensão formativa, deve ser redimensionada e valorizada entre os indicadores de avaliação dos Programas de Pós-graduação.

Produção Intelectual

Aspecto fundamental do processo de Avaliação, a produção intelectual da área 21 é predominantemente composta por artigos, livros e capítulos de livro. Os trabalhos apresentados em eventos perderam força com o avançar dos anos o que, por sua vez, gerou um enfraquecimento da participação de docentes e discentes em eventos científicos. O ônus e bônus dessa tomada de decisão merecem ser discutidos com maior atenção. Embora a criação e implantação do sistema Qualis Periódico e Qualis Livro tenha significado um importante avanço para o Sistema de Pós-Graduação brasileiro os critérios para classificação desses produtos têm sido alvo de calorosas discussões. Muitas dessas discussões são amplificadas pelas diferenças nas características de produção de conhecimentos entre as subáreas denominadas de biológicas e humanas. Se por um lado, a produção intelectual na área biológica se dá predominantemente as custas da publicação de artigos originais e de revisão, por outro, na área de humanas existe um predomínio na produção de livros e capítulos de livros. Por se tratarem de produtos diferentes, ambos devem ter o seu mérito reconhecido, contudo, são de difícil comparação, apesar das inúmeras tentativas de aproximação. Independente da criação dos estratos para análise e classificação dos periódicos (A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5) e livros/capítulos de livros (L1, L2, L3, L4, CL1, CL2, CL3 e CL4), a análise da produção intelectual pautada não somente na qualidade, mas prioritariamente, na quantidade têm gerado inúmeras distorções para avaliação de programas, corpo docente e discente. Sem dúvida alguma, a limitação do número de produtos por docente para a análise da produção intelectual durante um ciclo de avaliação deve ser defendida, assim como já vem sendo feita em algumas áreas do conhecimento, para a atenuação das diferenças, em especial, em uma área que possui subáreas com características bastante distintas com relação a produção do conhecimento. Resta estabelecer qual seria o número de produtos por docente mais adequado para este tipo de avaliação (4, 6, 8, 10, etc...). Adicionalmente, temos plena convicção de que, mesmo reduzindo as distorções, o grande desafio da área será melhorar a estratificação dos livros/capítulos de livros e permitir uma comparação mais justa destes produtos com os artigos publicados em

periódicos. Entretanto, tal tomada de decisão favorece o crescimento e valorização da produção qualitativa em detrimento a quantitativa. Resumindo o sistema de avaliação da produção intelectual precisa e pode ser melhorado.

Produção intelectual com e sem discente

O docente para fazer parte do corpo docente permanente de um Programa de Pós-graduação deve atender o critério mínimo de produção intelectual exigido pelo Programa. Portanto, em sua grande maioria os docentes ao se credenciarem ainda não apresentam produção intelectual com discentes matriculados regularmente nos Programas. Logo, após estar inserido a produção adicional que ele passa a ter com o corpo discente deve ser valorizada (bônus), visto que o estímulo à produção conjunta com discentes dos programas é saudável, proporciona sustentação à produção disseminada e denota envolvimento com o Sistema de Pós-Graduação. Por outro lado, a produção intelectual sem a presença de discentes não deve ser desvalorizada (ônus), uma vez que é legitimamente produto do investimento do docente/pesquisador e está estreitamente relacionado com o desenvolvimento de parcerias nacionais e internacionais, que muitas vezes resultam em importantes intercâmbios, em particular, de discentes. Por exemplo, quando um docente com destaque em uma determinada área recebe o convite de um grupo internacional para participar da autoria de um artigo esse fato deve ser entendido como um indicador de prestígio e reconhecimento por sua expertise. Isso denota, na maioria das vezes competência, além de fortalecer parcerias internacionais e de proporcionar visibilidade não somente ao docente, mas ao Programa e a Instituição que representa. Esse fato seria merecedor de bônus (internacionalização) e não de ônus (punição). De acordo com a métrica aplicada atualmente na avaliação dos Programas de Pós-Graduação na área 21, em situações como essa o docente acaba sendo punido com uma sanção de 25% no valor da produção por não incluir alunos do Programa. Resumindo, estamos caminhando no sentido contrário a qualificação e internacionalização dos programas. Tal situação deve ser revista com a máxima urgência.

Infraestrutura

Embora uma infraestrutura básica seja exigida para a implantação e funcionamento de Programas de Pós-Graduação é bastante natural as diferenças encontradas na comparação entre eles. Em períodos de recessão, conhecer o portfólio de cada um e compartilhar equipamentos e demais infraestruturas parece necessário. Procuraremos dar atenção especial para que as instituições se aproximem e conheçam melhor o que é possível fazer em conjunto. Portanto, a integração entre os Programas em um modelo de gestão compartilhada pode favorecer o estabelecimento de novas parcerias e o fortalecimento de parcerias já existentes. Adicionalmente, a aproximação com as agências de fomento, na tentativa de sensibilização sobre a necessidade da organização de editais/chamadas de fomento direcionadas para aquisição de equipamentos e melhoria da infraestrutura existente, será uma luta constante desta gestão, apesar do quadro político desfavorável que estamos vivendo no presente momento.

Internacionalização

As ações de internacionalização são importantes para a melhoria da qualidade e visibilidade dos cursos de Pós-graduação stricto sensu. Para tanto, a apresentação das informações dos Programas em homepage no mínimo nos idiomas português/inglês, a oferta periódica de disciplinas na língua inglesa, o intercâmbio de estudantes para estágio sanduiche e de docentes para estágios de pós-doutoramento no exterior, o desenvolvimento de projetos conjunto com instituições do exterior, a participação de discentes e docentes em eventos no exterior, o acolhimento de estudantes estrangeiros para os cursos de mestrado e doutorado, bem como,

para estágios de pós-doutoramento, devem ser aspectos a serem valorizados no Sistema de Pós-graduação. Tais aspectos devem ser discriminantes para análise comparativa dos chamados Programas de Excelência, contudo, devem ser valorizados em Programas em crescimento e em consolidação. Muitas dessas ações podem ser fortalecidas a partir de uma gestão compartilhada que possibilite a utilização mais racional dos recursos disponíveis.

Nucleação

O potencial de nucleação dos Programas no que tange a capacidade de inserção dos seus egressos no mercado de trabalho e, em particular, em instituições de ensino superior e pesquisa, no sistema de pós-graduação stricto sensu, em órgãos governamentais em funções vinculadas a Educação, Ciência e Tecnologia, entre outros, criando novos grupos de estudo e pesquisa, auxiliando na formação de recursos humanos e na melhoria da produção intelectual da área deve ser muito valorizada. Consideramos o egresso como o principal produto da pós-graduação.

Entendendo as diferenças

A atual proposta de candidatura à coordenação da Área 21 se apresenta como uma alternativa para enfrentar os desafios futuros da Pós-Graduação no Brasil. Acreditamos que muito mais do que estabelecer critérios e julgar a qualidade dos Programas a partir de tais critérios é necessário entender os Programas, conhecendo melhor suas virtudes e limitações, e nortear ações de acompanhamento que permitam um crescimento consistente e sustentável. Muitos programas ainda não estão consolidados e, portanto, precisam de mais auxílio da coordenação de área, particularmente, no que tange a sua organização, estabelecimento de metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazo, assim como, para a elaboração de estratégias que permitam que tais metas possam ser realmente alcançadas. Portanto, cabe a coordenação da área estruturar uma gestão que permita o acompanhamento periódico do processo, valorizando os avanços alcançados historicamente por cada programa, de acordo com as suas características e a sua importância no cenário estadual, regional, nacional e internacional. O produto final da Avaliação nada mais é do que um indicador do desempenho, contudo, não deve ser o único, particularmente, em áreas que apresentam tamanha diversidade como a Área 21. Portanto, consideramos que uma gestão compartilhada e descentralizada faz-se necessária no presente momento para atenuar as diferenças e aproximar as competências entre os Programas.

Londrina, 11 de dezembro de 2017.



Prof. Dr. Edilson Serpeloni Cyrino

- Professor Titular -

Universidade Estadual de Londrina